

Contributos da Psicologia Comunitária para a Inovação em Políticas Públicas

José Ornelas¹, Maria Vargas-Moniz²

¹ Professor Associado com Agregação, ISPA – Instituto Universitário

² Maria Vargas Moniz – UIPES ISPA – Instituto Universitário

A Psicologia Comunitária integra na sua tradição a aspiração de ser fonte inspiradora de movimentos de mudança social; nesta esteira procura documentar-se como desde o final dos anos 80, esforços de implementação de iniciativas na comunidade, têm vindo a ser desenvolvidos em Portugal com base nos seus princípios e valores. As iniciativas abordadas foram organizadas pela sociedade civil.

Através do seu percurso de desenvolvimento e dos seus contributos para a formulação de políticas públicas no contexto sociopolítico português, apresentam-se a AEIPS (Associação para o Estudo e Integração Psicossocial), criada em 1987 e a AMCV (Associação de Mulheres Contra a Violência), fundada em 1992. A primeira intervém na área da criação de um sistema comunitário de apoio à desinstitucionalização da população com doença mental e a segunda, igualmente na criação de um sistema comunitário de apoio, mas direccionado para mulheres e crianças sobreviventes de violência doméstica.

As principais influências documentadas estão relacionadas, por um lado, com os contributos para a visibilidade dos fenómenos associados ao isolamento e vulnerabilidade dos grupos abrangidos e, por outro, na participação efectiva em eventos ou na produção de documentos e regulamentos de implementação de políticas públicas nas duas áreas em análise.

Palavras-chave: Psicologia comunitária, políticas públicas, mudança social

1. INTRODUÇÃO

A promoção de iniciativas de mudança social implica o reconhecimento de que estas podem ser inspiradas em enquadramentos teóricos e conceptuais diversificados pelo que importa clarificar que este trabalho se enquadra nos princípios propostos pela Psicologia Comunitária sintetizados por Dalton, Elias e Wandersman (2001) a partir de diversos contributos e trabalhos de investigação. Esses princípios e valores são a promoção do bem-estar individual, do sentimento de comunidade, da justiça social, da participação cívica, as oportunidades de colaboração e o fortalecimento comunitário, bem como o respeito pela diversidade humana e a fundamentação e criação de evidência científica nos seus vários domínios de intervenção. O segundo pilar onde se vão ancorar as iniciativas documentadas são os princípios contidos na Declaração Universal dos

Direitos Humanos, no que concerne o carácter universal, indivisível e inalienável desses mesmos direitos.

Considerando estes dois pilares como a fonte de inspiração de duas iniciativas comunitárias implementadas do decurso das últimas duas décadas em Portugal, procura-se descrever como é que duas organizações não-governamentais contribuíram para a construção de um modelo conceptual e estratégico e influenciaram a formulação de políticas públicas orientadas para a integração na comunidade. As duas iniciativas relatadas enquadram-se uma, na área da integração das pessoas com doença mental e a outra, nas intervenções junto de mulheres e crianças vítimas e sobreviventes de violência doméstica.

Os contributos da Psicologia Comunitária para estes dois domínios têm sido relevantes. Desde os anos 60, através do movimento da saúde mental comunitária, procura-se promover a mudança social intervindo na criação de estruturas comunitárias e outras alternativas de apoio à desinstitucionalização das pessoas com doença mental (Caplan, 1964; Levine, 1969, 1987, 2005; Sarason, 1974, 1978; Rappaport, 1977). Para a área das mulheres, através de estudos de investigação inovadores e de movimentos anti-violência (Sullivan, 1991; Shepard e Pence, 1999) os contributos da Psicologia Comunitária também têm sido considerados como inovadores.

Através destas duas áreas, a Psicologia Comunitária tem procurado intervir nos processos sociais de modo a alterar a distribuição dos recursos na comunidade ou através da criação e implementação de recursos inovadores. Ao considerarem a intervenção social como um conjunto de influências planificadas na vida de um pequeno grupo, organização ou comunidade, com o intuito de prevenir ou reduzir a desorganização social ou pessoal e promover o bem-estar na comunidade, Kelly (1966) ou Rappaport (1977) entre outros, desempenham um papel catalisador na Psicologia Comunitária considerando-a como movimento social assente na produção de evidência científica.

Os trabalhos de Fairweather (1964) e Fairweather e Davidson (1986) constituem-se também como um marco histórico pela relevância atribuída à criação de recursos comunitários em ligação com as acções concretizadas pela própria comunidade, partindo do pressuposto que as comunidades possuem os recursos potenciais para gerarem a dinâmica do desenvolvimento. Estes autores identificam um conjunto de

etapas úteis para a descrição dos processos de intervenção e mudança comunitária e que ilustram a relevância da interligação entre a produção de evidência científica e a necessidade de mudança social. A primeira das etapas é a da caracterização do grupo social junto de quem se procura intervir e como pode esse mesmo grupo participar activamente no percurso de mudança e a caracterização da comunidade ou contexto onde se pretende intervir, nomeadamente na determinação da concordância *versus* divergência face à proposta de mudança.

A segunda etapa, refere-se à identificação de potenciais fontes de conflito entre grupos com influência, sendo pertinente a existência espaços de encontro como audições públicas, convénios, conferências ou outros formatos onde as lideranças intervenientes no percurso de mudança possam debater e influenciar-se mutuamente. Uma outra etapa, refere-se à identificação dos métodos e técnicas com capacidade para captar o interesse dos diferentes grupos intervenientes e articular processos de decisão e implementação da mudança. Um dos domínios relevantes nos processos de mudança tem a ver com o envolvimento das redes e recursos da comunidade na planificação, execução e avaliação da intervenção.

Deste percurso decorre a conclusão de que a construção de percursos de mudança social implica o reconhecimento de que os fenómenos sociais são eminentemente interdependentes, pelo que qualquer tentativa de promoção da mudança é influenciada pelo contexto social (*cf.* Kelly, 1968, 1986). Deste modo, os esforços de mudança social implicam também a necessidade de estruturação numa perspectiva de continuidade como forma de assegurar que as estruturas, os recursos ou procedimentos alternativos possam produzir efeitos nos contextos onde são implementados. Na caracterização da mudança é também relevante identificar as fontes de resistência e, finalmente perceber como se vão modificando os próprios esforços de inovação de forma a promover, por um lado, a sua acomodação aos contextos onde são implementados e, por outro, possam absorver e também acomodar as características e especificidades do contexto onde se implementam (*cf.* Alinsky, 1971; Ornelas, 2008).

Trabalhos mais recentes como os de Kelly, (1990), Linney (2005), Rappaport (2005) ou Wandersman, (2003), procuram sintetizar esta dupla missão da Psicologia Comunitária através da utilização da expressão Ciência Comunitária, partindo da premissa de que a qualidade de vida nas comunidades é influenciada pelo funcionamento eficiente e eficaz dos sistemas formais e o funcionamento dos sistemas

informais de apoio. Nesta perspectiva, é fundamental desenvolver iniciativas através de formas de colaboração multidisciplinar, interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar, reconhecendo-se que o objectivo último da promoção da mudança é a melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Privilegiam-se assim as intervenções orientadas para o aumento da qualidade e capacidade de articulação das respostas na comunidade (Allen, 2005; Shinn, 2007) e/ ou da implementação de programas preventivos eficazes sobretudo focalizados na promoção da saúde, educação (Elias *et al.*, 2001; Shinn e Yoshikawa, 2008), entre muitas outras áreas.

O sucesso na criação de contextos alternativos, foi identificada por Sarason, já em 1974 e clarificada por Deegan (1988, 1993, 1994), através de critérios como a capacidade de influência no contexto social e histórico alargado, o papel desempenhado pela liderança, bem como a capacidade de antecipação dos problemas que emergem com os novos contextos.

Outra fonte inspiradora e de documentação dos processos de mudança assenta na teoria de sistemas e os contributos de autores como (Levine, 1987; 2005) foram relevantes na caracterização dos sistemas abertos como tendo maior capacidade de responder à “turbulência” gerada pelos percursos de mudança.

Os trabalhos mais recentes de Foster-Fishman e Behrens (2007), acerca da mudança de sistemas ilustram a necessidade de criação de formas de documentação do conjunto de impactos significativos ou transformações em contextos concretos como comunidades geograficamente delimitadas (*p.e.* bairros ou freguesias) ou em sistemas de prestação de serviços a uma comunidade (*p.e.* serviços de suporte comunitário, apoios no acesso a serviços de saúde, educação ou justiça).

Os intervenientes na mudança dos sistemas, na maioria das vezes focalizam-se na melhoria de partes específicas do sistema ou promovem a infusão de novos recursos, abordagem que segundo Foster-Fishman e Behrens (*idem*), na maioria das situações tende a falhar na sua capacidade de promover a mudança sustentada ao longo do tempo. As autoras advogam assim uma abordagem que procure responder mais eficazmente à mudança dos sistemas mais globalmente que compreenda as suas partes integrantes e observe as suas interacções e interdependências, bem como os níveis fundamentais a que se propõe todo o processo de mudança.

Os sistemas, são por natureza complexos, são compostos por uma teia de interacções e por um conjunto de intervenientes com diversas visões do mundo.

Organizam-se para responder às oportunidades ou desafios a que são expostos e para os observar os sistemas temos que fazer algumas opções sobre as teorias e as ideologias de mudança que lhes estão subjacentes. Metodologias de análise como a proposta por Checkland (1981), podem ser úteis para analisar as características de um sistema a partir da perspectiva de quem o vivencia. Tal facto, implica que este seja compreendido de formas diferentes pelos diferentes intervenientes, com base na sua posição, no seu papel e na sua experiência (Flashpohler, 2003). Se envolver múltiplos intervenientes tenderá a obter-se como resultado um “quadro mais rico” (Checkland e Scholes, 1990) acerca de um problema ou situação que por sua vez reflecte uma determinada visão do mundo e não procura a observação objectiva da realidade.

De acordo com esta metodologia constata-se quatro parâmetros essenciais para a análise de um determinado sistema ou do papel que pode ser desempenhado por uma iniciativa para o conjunto global do sistema, enfatizando-se: *a)* a natureza subjectiva desse mesmo sistema; *b)* que a mudança tanto se pode referir a um processo como a um resultado ou estado final que se pretenda alcançar; *c)* são examinados aspectos políticos, sociais e culturais do sistema e *d)* a análise compreende tanto as realidades vivenciadas como as que se considera relevante vir a experienciar. Nesta estratégia também se inclui a observação de padrões de causa/ efeito associados a determinados fenómenos sociais em estudo considerando, por um lado, a natureza do empreendimento de mudança, particularmente se este é episódico ou continuado (*cf.* Weick e Quinn, 1992) e, por outro se o grau de mudança é de natureza progressiva ou radical (Watzlawick *et al.*, 1974).

Num trabalho recente de Marybeth Shinn (2007), encontra-se uma reflexão sustentada sobre o papel dos cientistas sociais e como podem desenvolver um trabalho de influência na formulação e avaliação de políticas públicas sintetizado em seis lições. A primeira lição é que os(as) líderes individualmente considerados podem fazer a diferença; a segunda lição relaciona-se com o sentido de oportunidade política e social para determinada iniciativa. A terceira lição com a importância das ideias, a quarta com a identificação de quem suporta os custos da inovação, a quinta com consideração pertinente de que as estruturas governativas não são monolíticas, pelo contrário, independentemente de quem governa, a colaboração com os líderes eleitos e com as agências governamentais na especificidade pode ser profícua e existirem nichos de oportunidade para a articulação e criação de inovação. Finalmente, alerta para o facto de

quem produz evidência científica não poder controlar a forma como os resultados alcançados são citados ou mesmo utilizados.

Estas lições são fundamentais para se compreender em que medida se pode influenciar a formação e a introdução de inovação nas políticas públicas.

A diversidade de ângulos em que se pode perspectivar e documentar os processos de mudança e os seus impactos, coloca os interventores perante a necessidade de escolher em cada momento os constructos, os paradigmas e as formas de organização e documentação que melhor correspondam às propostas ou aos processos de mudanças social que se pretendam alcançar.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

Foram organizados dois grupos de reflexão, um em cada uma das organizações; na AEIPS o grupo contou com a presença de 27 participantes (20 pessoas com experiência de doença mental e 7 profissionais); na AMCV, o grupo foi composto por 17 participantes todas mulheres e que nesta altura a exerciam uma actividade profissional junto da Associação, não se diferenciando quais os membros do grupo com experiência pessoal na área em análise.

2.2 Instrumentos

Partindo da pergunta fundamental formulada por Kelly (2000) sobre como é que os sistemas sociais podem ser organizados para terem um impacto positivo no desenvolvimento dos indivíduos, a procura da resposta implica reconhecer que as iniciativas de promoção de mudança social requerem também a criação de novas oportunidades para que as pessoas abrangidas participem e possam aumentar decisivamente os níveis de controlo sobre as suas próprias vidas.

Inspirados nos elementos globais para a análise da mudança de sistemas sociais identificados por Foster-Fishman e Behrens (2007), que são: a identificação das normas de uma determinada área de serviços sociais, os recursos humanos, económicos e sociais, a tipologia de regulamentos e procedimentos e finalmente as suas interdependências, traduzidos e adaptados por Ornelas e Vargas-Moniz (2008) para a língua portuguesa, organizaram-se uma série de grupos de reflexão que permitiram

sistematizar os contributos que ambas as organizações consideram ter prestado para a formulação de políticas públicas inovadoras nas suas áreas de intervenção.

2.3 Procedimentos

No sentido de se sistematizar informação recolhida junto dos participantes, esta está organizada em tabelas simplificadas em que na coluna da esquerda a informação se refere à AEIPS – Associação para o Estudo e integração Psicossocial e a da direita a AMCV – Associação de mulheres contra a Violência. A informação foi recolhida com uma distância temporal curta, realçando-se a coerência temporal na recolha da informação, pelo que os elementos de análise sociopolítica referem-se a um enquadramento temporal similar.

Assim, para documentar e dar visibilidade à forma como os participantes nos grupos de reflexão perspectivam na actualidade a área da Saúde Mental e a áreas dos Apoios às Mulheres e Crianças sobreviventes de Violência Doméstica, foi formulado o seguinte conjunto de perguntas, cujas respostas se sistematizam e descrevem. As perguntas concretas formuladas foram acerca de como caracterizam e fundamentam a situação actual, o que consideram ser ainda necessário mudar, como gostariam que fosse actualmente o país nos domínios em análise e quais são as principais políticas e práticas actuais, tanto nas áreas da saúde mental como na área da violência contra as mulheres e as crianças.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto à caracterização dos sistemas, constata-se que em ambas as organizações se considera que globalmente houve uma evolução positiva, tanto na visibilidade dos fenómenos como no aumento do número de serviços e suportes de base comunitária e ainda no reconhecimento do papel específico desempenhado por ambas as organizações.

No que concerne a AEIPS, realça-se o relato de melhoria em termos de visibilidade da área da saúde mental decorrente, por um lado de um conjunto de iniciativas nos Media, incluindo testemunhos diversificados de pessoas com experiência pessoal, de familiares e/ ou profissionais; foram também organizadas algumas iniciativas como campanhas anti-estigma e os utilizadores de diversos serviços têm

participado em eventos de natureza diversificada como prelectores, como formadores, dando testemunhos dos seus percursos de *empowerment*, de *recovery* e de integração.

Por outro lado, a reforma institucional que tem vindo a ser progressivamente implementada de descentralização de serviços e a sua integração mais evidente nos Hospitais Gerais, tem contribuído para a diminuição da institucionalização desta população, no entanto, há a necessidade de alertar para o papel inverso que têm desempenhado as instituições psiquiátricas geridas pelas congregações religiosas. Pode contudo afirmar-se que, apesar das tendências algo contraditórias quanto ao papel das grandes instituições psiquiátricas, a proliferação de organizações não-governamentais decorrentes de iniciativas de profissionais ou grupos de familiares, têm sido um contributo decisivo para esta renovação.

Um outro contributo relevante para a visibilidade desta área tem sido o conjunto de iniciativas desenvolvidas no âmbito da promoção da responsabilidade social das organizações que, ao empregarem pessoas com doença mental põem em prática os princípios da diversidade e da solidariedade e contribuem decisivamente para os percursos de *empowerment*, *recovery* e integração efectiva.

A AEIPS tem procurado desempenhar papéis concretos e dar contributos evidentes para esta realidade. Quanto à visibilidade tanto dos líderes como dos utilizadores, profissionais e familiares, todos participam activamente numa miríade de eventos nacionais e internacionais, procurando divulgar, disseminar e influenciar os contextos onde circulam. No que concerne o estigma, para além da participação em estudos transnacionais *p.e.* o estudo INDIGO e ASPEN (King's College of London) e outros estudos mais restritos, promoveu uma campanha pública “Diga não à discriminação das pessoas com doença mental”, disseminada em contextos públicos muito diversificados (Metropolitano de Lisboa; Organizações de Saúde; Exposições e eventos).

No que concerne a reforma institucional a AEIPS participou activamente na Comissão Nacional para a Reforma dos Serviços de Saúde Mental (2006), através da dinamização de audições públicas um grupo significativo de pessoas com experiência pessoal de doença mental, familiares e profissionais tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre os conteúdos de uma reforma neste domínio. Um dos resultados mais significativos de todo este esforço foi o da inclusão das ideias de *empowerment* e

recovery no relatório final como desígnio orientador da inovação na implementação de serviços na área da saúde mental.

Na área do Emprego Apoiado a AEIPS foi promotora em Portugal deste paradigma, desde o início dos anos 90, tendo recentemente sido parte integrante de uma vasta parceria com mais de 90 empresas e organizações - www.rso.pt - no âmbito da Responsabilidade Social das Organizações.

Em relação à área das mulheres e no que concerne a visibilidade, há a realçar a atenção dos meios de comunicação social para o tema; a morte de mulheres vítimas de violência doméstica tem transitado de nota de rodapé para notícia de primeira página ou abertura de serviço noticioso. A AMCV participa activamente em debates públicos, em convénios científicos e profissionais da especialidade procurando permanentemente influenciar a necessidade de implementação de respostas de emergência e segurança.

Realça-se que para além da visibilidade constata-se também a preocupação social e política com o problema da Violência Doméstica; o sistema legislativo e o judicial têm procurado adaptar-se e responder de forma mais célere e procurado ser mais eficazes na penalização dos agressores, mas reconhece-se que esta é uma área que ainda carece de investimento e desenvolvimento e que os contributos e a experiência das organizações que proporcionam respostas directas ainda não estão reflectidos nos documentos legislativos. Os papéis das organizações promovidas por iniciativa da sociedade civil ainda não são devidamente reconhecidos como agentes de defesa cívica na tramitação junto do sistema judicial.

Quanto à reforma institucional e o desenvolvimento de respostas comunitárias articuladas em termos de respostas de emergência e segurança a AMCV tem procurado desenvolver e disseminar através dos seus contactos internacionais um conjunto de procedimentos de apoio a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, nomeadamente na articulação entre os serviços, os métodos e técnicas de entrevista conducentes à recolha de evidência de formas de abuso e violência; nas palavras de uma das líderes da AMCV “recolher boas - práticas onde quer que existam e procurar adaptá-las à nossa realidade, de modo a deixarmos um legado.”

Na AMCV considera-se que a evolução terá sido mais ao nível da informação e da consciência pública acerca da Violência Doméstica e que agora os recursos existentes procuram também assumir uma perspectiva de segurança das mulheres e crianças; anteriormente prevalecia uma perspectiva assistencialista que, ao assentar

exclusivamente em valores de protecção e promoção da família, não permitia assegurar mecanismos de segurança em situações de risco elevado ou mesmo de risco de vida.

Assim, sendo organismos diferentes avaliam positivamente a mudança, ainda que enfatizando aspectos diferenciados dessa mesma mudança, na AEIPS e, corroborando experiências similares (Deegan, 1993 e 1994; Ahern e Fisher, 2002), os participantes relataram o aumento significativo do acesso a recursos na comunidade e a possibilidade de se auto-organizarem na promoção dos seus interesses e necessidades, enquanto na AMCV se destaca a visibilidade pública do fenómeno e que a acessibilidade aos recursos seja ainda visivelmente insatisfatória.

Ambas as organizações relatam o aumento de serviços e organizações similares que proliferaram em Portugal no decurso das últimas duas décadas (*p.e.* Guterres, 2002; Estorninho, 2006).

Quanto aos elementos propostos para a influência das políticas públicas propostos por Shinn (2007), estas organizações foram criadas e existem como modelos piloto para influenciar a mudança nas duas áreas sociais a que se dedicam. Assim, a liderança como elemento essencial à emergência de iniciativas inovadoras é considerada por quem está envolvido em ambas as organizações como forte, competente, carismática ou presente, sendo todos atributos normalmente atribuídos a líderes que se podem considerar como transformadores que, segundo Himmelman (1994) ou Rosenthal (2000) assumem o compromisso para melhorar as circunstâncias comuns com base em valores e uma visão de mudança; têm a capacidade de persuadir outras pessoas a agir segundo as regras propostas e proporcionar uma base para o desenvolvimento da confiança, do respeito e da responsabilidade, pois congregam um grupo significativo de pessoas em torno de causas comuns, conseguem construir percursos estratégicos que promovem a ligação entre objectivos e resultados concretos, encorajam as pessoas a manter-se ligadas e a partilhar tanto os riscos como os benefícios.

Quanto à oportunidade política enfatiza-se o facto de no final dos anos 80 e no início da década de 90 não existirem serviços formais de base comunitária, tanto para as pessoas com experiência de doença mental como para as mulheres e crianças vítimas e sobreviventes de violência doméstica. Ambas as organizações usaram nichos de oportunidade para a inovação através da criação de contextos alternativos, sendo para a AEIPS a primeira residência na comunidade para pessoas com doença mental em 1989 e para a AMCV o primeiro refúgio de segurança para mulheres e crianças vítimas de

violência em 1991, ambas as alternativas em espaços indiferenciados na cidade de Lisboa.

O processo negocial com as estruturas públicas diversificadas e com entidades privadas financiadoras, permitiu o desenvolvimento de um debate alargado acerca dos temas em análise e da promoção dos direitos, liberdades e garantias destes dois grupos sociais em situação de extrema vulnerabilidade.

Neste debate foi possível introduzir novas ideias, resultados de investigação e evidência científica acerca de práticas e procedimentos inovadores. Esta procura de inovação foi complementada com a organização e apresentação pública da documentação produzida e pela organização de eventos diversificados para divulgar essas ideias ou práticas inovadoras. Eventos de carácter nacional e internacional como congressos, seminários, workshops ou cursos de formação avançada foram no decurso destas duas décadas um grande investimento de recursos humanos e financeiros para as duas organizações, implicando em ambos os casos a sua acreditação como entidades formadoras. Nas tabelas 5 e 6 enumeram-se alguns exemplos destas acções procurando dar visibilidade aos domínios temáticos seleccionados. Em traços gerais, e para ambas as organizações nas acções desenvolvidas participaram mais de 2000 pessoas entre profissionais, líderes organizacionais e pessoas com experiência pessoal, tanto na área das problemáticas de saúde mental, como sobreviventes de violência doméstica ou outras formas de abuso ou violência inter-pessoal.

No que concerne os custos e retomando a necessidade de articulação das várias propostas de inovação, foi sempre promovido o debate com diversas agências ou estruturas governamentais, bem como com outros potenciais financiadores como Fundações com fins sociais, empresas ou outros tipos de organismos e neste domínio realça-se que ambas as organizações procuraram sempre o contacto sistemático e continuado no sentido de apresentar as suas propostas, tanto para a criação das estruturas e o seu equipamento, como também os apoios para o seu funcionamento. Todos estes objectivos foram sendo alcançados por diversas etapas e de forma sempre amplamente participada, isto é, organizações diversificadas a financiar aspectos específicos do funcionamento interno das actividades.

Em 1991, cinco anos depois de se ter iniciado actividades, a AEIPS celebrou com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde acordos de financiamento do funcionamento das actividades, em simultâneo com reconhecimento por parte do Estado

como entidade de utilidade pública. No entanto, há que realçar que este resultado foi possível pelo apoio e envolvimento muito significativo por parte dos familiares e de um número significativo de outras entidades que se envolveram neste percurso.

Similarmente, a AMCV celebra os primeiros acordos com o Ministério da Segurança Social em 2001, nove anos depois da sua constituição, que funcionaram também como uma forma de reconhecimento e de estabilização interna para o prosseguimento das actividades de apoio às mulheres e crianças sobreviventes de violência doméstica.

Todo este trabalho foi sempre sendo ancorado com a realização de estudos de investigação diversificados, muitos deles no âmbito de trabalhos monográficos como trabalhos de licenciatura, mestrado ou doutoramento em ligação com diversas Universidades, sobretudo o Instituto Superior de Psicologia Aplicada, mas também através da colaboração com outras estruturas de ensino superior e também através da realização de estágios curriculares em áreas diversificadas como a Psicologia, o Desenvolvimento Comunitário, as Ciências Sociais e Políticas, o Serviço Social, a Enfermagem, entre vários outros.

A partir destas duas narrativas de mudança social profundamente inspiradas nos princípios e valores propostos pela Psicologia Social e enquadradas nos pressupostos dos Direitos Humanos, podemos concluir que iniciativas bem estruturadas, com base em evidência científica reconhecida nacional e internacionalmente podem desempenhar papéis relevantes na mudança dos contextos sociopolíticos e estar na base do desenvolvimento e modernização das políticas públicas. Para que estas iniciativas sejam bem sucedidas há, contudo elementos essenciais a ter em consideração como uma liderança expressiva e inclusiva (Rosenthal, 2000), um conjunto de ideias inovadoras (Kelly, 2006; Shinn, 2007) e talentos acrescidos de persistência e consistência na defesa cívica de uma causa.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem aos participantes dos grupos de discussão focalizada os seus contributos para a reflexão apresentada

CONTACTO PARA CORRESPONDÊNCIA

José Ornelas

ISPA - Instituto Universitário, Rua Jardim do Tabaco, 34, 1149-041 Lisboa

Jornelas@ispa.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahern, L.; Fisher, D. (2002) *Personal Assistance in Community Existence: Recover at your Own Pace*. Lawrence, MA: National Empowerment Center
- Alinsky, S. (1971) *Rules for Radicals*. New York: Vantage Press
- Allen, N. (2005). A multi-level analysis of community coordinating councils. *American Journal of Community Psychology*, 35(1/2), 49-63
- Breda, M., & Ornelas, J. (2007). Ajuda Inter-Pares. Dissertação Monográfica de Licenciatura em Psicologia Clínica. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada
- Campbell, R; Sullivan, C.M.; Davidson Li, W.S. (1991) Women who use domestic violence shelters: Changes in Depression Over Time. *Journal of Interpersonal Violence*, 6 (1) 41-54
- Caplan, G. (1964). *Principles Of Preventive Psychiatry*. New York: Basic Books.
- Chamberlin, J. Rogers, E. S., & Ellison, M. L. (1996). Self-Help Programs: A Description of their Characteristics and their Members. *Psychiatric Rehabilitation Journal*, 19(3), 33-42.
- Chamberlin, J., & Rogers, J. A. (1990). Planning a Community-Based Mental Health System: Perspective of Service Recipients. *American Psychologist*, 45(11), 1241-1244.
- Checkland, P. (1981) *Systems think: Systems practice*. Chichester: Wiley
- Checkland, P.; Scholes, J. (1990) *Soft Systems Methodology in action*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Dalton, J. H., Elias, M. J., & Wandersman, A. (2001). *Community Psychology: Linking Individuals And Communities*. Stamford, CT: Wadsworth Publishing.
- Deegan, P. E. (1988). Recovery: The Lived Experience Of Rehabilitation. *Psychosocial Rehabilitation Journal*, 11(4), 11-19.
- Deegan, P. E. (1994). Recovery: The lived experience of rehabilitation. In W. A. Anthony, & L. Spaniol (Eds.), *Readings in psychiatric rehabilitation* (pp. 149–162). Boston: Boston University, Center for Psychiatric Rehabilitation.
- Deegan, P.E. (1993). Recovering Our Sense Of Value After Being Labeled Mentally Ill. *Journal of Psychosocial Nursing*, 31(4), 7-11.
- Dinis, L; Ornelas, J. (2008) *Violência Doméstica: Que mudanças nos últimos quinze anos? Estudo Monográfico*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada

- Duarte, S.C., Duarte, T., Sousa, A., & Amaro, J. P. (2003). *Emprego Apoiado: Abordagem à Satisfação dos Utentes. Estudo monográfico*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Elias, M; Tobias, S.E. Friedlander, B.S. *A adolescência e a Inteligência Emocional* (2001) Rio de Janeiro: Objectiva
- Fairweather, G. W., & Davidson, W. S. (1986). *An Introduction to Community Experimentation: Theory, Methods, and Practice*. New York: Mcgraw-Hill.
- Fairweather, G.W. (1964). *Social psychology in treating mental illness: An experimental approach*. New York: Wiley
- Fink, G. (Ed). (2000). *Encyclopedia of stress* (3 Vols.). San Diego: Academic Press.
- Flashpohler, P.; Wansersman, A.; Keener,D.; Maxwell, K.N.; Ace, A.; Andrews, A.B. E Holmes, B. (2003) Promoting program success and fulfilling accountability requirements in a statewide community-based initiative: Challenges, progress and lessons learned *Journal of Prevention and Intervention in the Community*, 26(2), 37-52
- Foster-Fishman, P.; Behrens, T. (2007) Systems change reborn: rethink our theories, methods, and efforts in human services reform and community-based change. *American Journal of Community Psychology*, 39(3/4), 191-215
- Gondolf, E. W.; Fisher, E. R. (1988) *Battered Women As Survivors: An Alternative To Treating Learned Helplessness*, New York, NY: Lexington Books
- Guterres, C. (2002). *Suporte Social e Qualidade de Vida em Pessoas com Perturbações Mentais Crónicas apoiadas por serviços comunitários*. Lisboa:SNRIPD
- Heller, K., (1984) *Alternative Settings and Social Change: Perspectives on Social and Community Change* In Heller, K. et al. *Psychology and Community Change: Challenges of the Future*. Pacific Grove, CA: Brooks Cole Publishing Company, pp. 286-336
- Himmelman, A. (1994) Communities working collaboratively for change. In M.S. Herrman (ed) *Resolving conflict: strategies for local government*, Washington, D.C.: International City/ County Management Association
- KELLY, J. G. (1966). The Mental Health Agent In The Urban Community. *American Psychologist*, 21, 535-539.

- Kelly, J. G. (1968). Toward an ecological conception of preventive interventions. In J. W. Carter Jr. (Ed.), *Research Contributions from Psychology to Community Mental Health* (pp. 60-74): New York: Behavioral Publications.
- Kelly, J. G. (1986). Context and Process: An Ecological View of the Interdependence of Practice and Research. *American Journal of Community Psychology*, 14, 581-589.
- Kelly, J. G. (1990). Changing Contexts and the Field of Community Psychology. *American Journal of Community Psychology*, 18(6), 769-792.
- Kelly, J. G. (2006). *Becoming Ecological: An Expedition Into Community Psychology*. New York: Oxford University Press
- Levine, M. (1969). Some Postulates of Community Psychology Practice. In F. Kaplan, & S. B. Sarason (Eds.), *The Psycho-Educational Clinic Papers and Research Studies* (pp. 204-229). Boston, MA: Department of Mental Health.
- Levine, M., & Perkins, D. V. (1987). *Principles of Community Psychology: Perspectives and Applications*. New York: Oxford University Press.
- Levine, M., Perkins, D. D., & Perkins, D. V. (2005). Principles of community psychology: Perspectives and applications (3rd ed.). New York, NY: Oxford University Press.
- Linney, J. A. (2005). Might We Practice What We've Preached? Thoughts on the Special Issue Papers. *American Journal of Community Psychology*, 35(3/4), 253-258.
- Monteiro, F. J. (2000). *Mulheres agredidas pelos maridos de vítimas a sobreviventes*. Lisboa: Gráfica 2000
- Monteiro, F. J., & Matias, J. P. (2007). Atitudes face ao *Recovery* na Doença Mental em Utilizadores e Profissionais de uma Organização Comunitária: Uma Ajuda na Planificação de intervenções Efectivas? *Análise Psicológica*, XXV(1), 111-125.
- Mosher, L.R., & Burti, L. (1989). *Community Mental Health: Principles And Practice*. New York: W.W. Norton, & Company.
- Mpaayei, S. (2003). Violence against Women in Europe. In Braundt, D. (Ed.), *Violence Against Women: From Silence to Emporwerment* (pp. 85-94). USA: World Vision International.
- Onken, S. J., Dumont, J. M., Ridgway, P., Dorman, D. H., & Ralph, R. O. (2002). *Mental Health Recovery? What Helps And What Hinders? A National Research Project For The Development Of Recovery Facilitating System And Performance*

- Indicators*. Alexandria, VA: National Association Of State Mental Health Program Directors.
- Ornelas, J. (2007). Psicologia Comunitária: Contributos Para O Desenvolvimento De Serviços De Base Comunitária Para Pessoas Com Doença Mental. *Análise Psicológica*, XXV(1), 5-11.
- Ornelas, J. (2008) *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século
- Ornelas, J., Monteiro, F. J., Vargas-Moniz, M. J., & Duarte, T. (Coord.) (2005). *Participação E Empowerment Das Pessoas Com Doença Mental E Seus Familiares*. Lisboa: Aeips Edições
- Ornelas, J., Vargas-Moniz, M. J., & Albuquerque, M. (2003). Empowerment E Reabilitação De Pessoas Com Doença Mental, In M.Á. Verdugo Alonso, & F.B. Urriés Vega (Eds.), *Investigación, Innovación Y Cambio V Jornadas Científicas De Investigación Sobre Personas Con Discapacidad* (pp.). Salamanca: Amarú Ediciones
- Rappaport, J. (1977). *Community Psychology: Values, Research And Action*. New York: Holt, Rinehart, & Winston.
- Rappaport, J. (1984). Studies In Empowerment: Steps Towards Understanding And Action. In J. Rappaport (Ed.), *Prevention In Human Services* (Vol. 3, Nºs 2/3, pp. 37-72). New York: The Haworth Press.
- Rappaport, J. (2005). Community Psychology Is (Thank God) More Than Science. *American Journal of Community Psychology*, 35(3/4), 231-238.
- Rosenthal, B. (2000) 1+1=3: A collaboration guidebook (2nd Ed.) (2000) Atlanta: American Cancer Society. National Advisory Group on Collaboration with Organizations
- Ryan, W. Blaming the victim (1971) New York, NY: Pantheon Books
- Sarason, S. B. (1974). *The Psychological Sense Of Community: Prospects For Community Psychology*. San Francisco, Jossey-Bass.
- Sarason, S. B. (1978). The nature of problem-solving in Social Action. *American Psychologist*, 33, 370-380.
- Shepard.M, Pence, E. (Eds) (1999) Coordinating Community Responses to domestic Violence Thousand Oaks: Sage
- Shinn, M. (2007) Waltzing with a monster: bringing research to bear on public policy. *Journal of Social Issues*, Vol. 63, 215-231

- Shinn, M.; Yoshikawa, H. (Eds.) (2008) Toward positive youth development. New York: Oxford University Press
- Sullivan, C.M. (2006) The Provision of Advocacy Services to Women Leaving Abusive Partners: An Exploratory Study *Psychology of Women Quarterly*, 19 (2) 237 - 255
- Walker, L.E. (1999). Psychology and domestic violence around the world. *American Psychologist*, 54(1), 21-29.
- Wandersman, A. (2003) Community Science: Bridging the Gap Between Science and Practice with Community Centered Models. *American Journal of Community Psychology*, 31(3/4), 227-242
- Wandersman, A. (2003) Community Science: Bridging the Gap Between Science and Practice with Community Centered Models. *American Journal of Community Psychology*, 31(3/4), 227-242
- Watzlawick, P; Wakland, J.H; Fisch, R. (1974) *Change principles of problem formation and problem resolution*. New York: Norton.
- Weick, K.E.; Quinn, R.E. (1992) Organizational change and development. *Annual review of Psychology*, 50, 361-386
- Zimmerman, M. A. (2000). Empowerment Theory: Psychological, Organizational And Community Levels Of Analysis. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook Of Community Psychology* (pp. 43-64), New York: Kluwer Academic/ Plenum.

Sites Consultados:

www.theduluthmodel.org

www.emcviolenciadomestica.com